Os exuberantes anos 90

Joseph E. Stiglitz,
São Paulo, Cia. das Letras, Ed. Record, 2003

*JORGE MIGLIOLI**

O autor do livro, que foi professor na Universidade de Stanford e, agora, leciona na Universidade de Columbia, EUA, ganhou em 2001 o Prêmio Nobel de Economia. Além de acadêmico, ocupou importantes cargos oficiais: presidente do Conselho de Consultores Econômicos do presidente Clinton (1993-97), vice-presidente e economista-chefe do Banco Mundial (1997-2000), e também presidente do Comitê de Política Econômica da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que reúne os chefes de Estado dos países mais ricos do mundo). Portanto, Stiglitz está bem informado sobre o que acontece nas áreas econômica e política, não só dos Estados Unidos, mas também de muitos outros países, desenvolvidos e subdesenvolvidos. Seu livro é uma evidente demonstração disso.

Para deixar claro desde logo, Stiglitz faz parte da chamada escola "neoclássica" de Economia, que domina não só a literatura acadêmica mas também o jornalismo econômico mais especializado e, o que é pior, as políticas econômicas governamentais ao redor do mundo. Mas, como qualquer outra corrente teórica (e ideológica), o neoclassicismo tem diversas vertentes, que vão do conservadorismo radical (que tem vários expoentes, entre eles Milton Friedman, ainda vivo, e Friedrich Hayek, que, antes de morrer, já estava devidamente mumificado quando, em 1974, ganhou o Prêmio Nobel de Economia e voltou a es-

* Professor da Universidade Estadual Paulista, UNESP, *campus* de Araraquara, SP.

crever e tentar espalhar suas idiossincrasias pelo mundo, inclusive no Brasil, onde foi muito bem recebido e louvado pelos empresários, muitos deles "liberais" habituados a "mamar nas tetas do Estado" – para usar uma frase de Delfim Neto) até aquelas que assumem posições críticas e progressistas. Stiglitz pode ser classificado nestas últimas. Seus trabalhos teóricos mais importantes, e que o credenciaram para o Prêmio Nobel, constituem críticas à teoria da concorrência perfeita (um dos dogmas neoclássicos fundamentais) baseadas na observação de que há erros e distorções nas informações em que se apóiam os diversos agentes econômicos (indivíduos e empresas). Por isso mesmo, Stiglitz é contra a liberdade absoluta dos mercados e defende o princípio de que o Estado é importante e precisa atuar, em especial como órgão regulador, para evitar ou reduzir o mal funcionamento dos mercados. Essa idéia é reiterada constantemente em seu livro, e todo o Capítulo 4 é dedicado a mostrar os efeitos perniciosos de uma "desregulação desembestada", que caracterizou os governos de Reagan (1981-84 e 1985-88) e Bush pai (1989-92) nos Estados Unidos.

Pelas posturas assumidas nesse livro (assim como em seu livro anterior, *A globalização e seus malefícios*, São Paulo, Futura, 2002), Stiglitz pode, se necessário para defini-lo politicamente, ser considerado um liberal progressista. Fica evidente sua simpatia pelos trabalhadores (por exemplo, quando manifesta sua preocupação com o desemprego, a queda dos salários e do valor das aposentadorias, o endividamento dos trabalhadores), sua indignação com os comportamentos oportunistas e antiéticos de políticos, banqueiros, executivos de grandes empresas e outros, seu repúdio às políticas que promovem concentração de renda e riqueza, sua defesa de medidas para aprimorar os mecanismos democráticos etc.

Embora seja um economista habituado a formulações matemáticas e comprovações estatísticas, Stiglitz deixa de lado toda essa parte ao expor suas idéias no livro. Seu objetivo é o de elaborar "uma obra para o leitor em geral que quer aprender mais sobre os assuntos-chave da economia que afetam toda nossa vida"; isso porque "um público bem informado é a base do bom funcionamento de uma democracia" (p. 25). A intenção é meritória mas um tanto utópica. Talvez a falecida economista inglesa Joan Robinson tenha sido mais modesta e realista quando disse que precisamos aprender economia para não sermos enganados pelos economistas. E mesmo tendo sido escrito para "o leitor em geral", o livro não é completamente acessível a qualquer leitor; é preciso que este tenha algum conhecimento de economia, pelo menos em determinados pontos. Mas, dando um desconto para isso, o livro é perfeitamente legível e, ainda mais, é fascinante.

Apesar de fazer referências a anos anteriores e a dois anos posteriores (2001-02, do governo de Bush filho), o livro trata, como consta do título, da

década de 1990, especialmente do período de dois mandatos do presidente Clinton (1993-96 e 1997-2000), década em que a economia norte-americana experimentou grande crescimento, sucedido por uma nova recessão (a partir de 2000-01). Esse crescimento foi real (aumento da produção e do emprego), levando alguns autores apressados e apologéticos a falar de "nova economia"; mas, acima de tudo, foi uma explosão no mercado de ações. Por exemplo, o índice de preços das ações de empresas de tecnologia "disparou de 500 em abril de 1991 para 1.000 em julho de 1995, ultrapassou 2.000 em julho de 1998 e finalmente bateu em 5.132 em março de 2000" (p. 35), ou, em termos gerais, "no pico do mercado, em março de 2000, a capitalização das ações dos Estados Unidos era de 17 trilhões de dólares, ou 1,7 vezes o valor do PIB americano" (p. 159). Tratava-se aí de uma supervalorização do que Marx denominava de *capital fictício* (em resumo, um valor puramente *nominal*, representado por ações, do capital *real* do país), supervalorização que os economistas mais recentemente chamam de *bolha*, por tratar-se de uma valorização vazia, sem correspondência com a riqueza efetiva (ou física) do país.

O livro de Stiglitz pretende explicar por que a economia americana cresceu nos anos 90, por que a bolha inflou e por que ocorreu um colapso econômico a partir do final do ano 2000. As razões do crescimento não são claramente explicadas, mas o autor acentua o papel dos grandes investimentos na área de tecnologia que teriam dado início à expansão econômica. Ele está mais interessado em mostrar por que a economia americana não cresceu durante um período mais longo, ou, em outros termos, por que ela foi novamente sacudida por uma recessão; em mostrar que o crescimento já estava contaminado por diversos elementos recessivos, não só decorrentes de erros de política econômica mas também do comportamento de instituições americanas públicas e privadas.

Esse é o tema central do livro, que discute o corte nos impostos (principalmente sobre ganhos de capital), que gerou enorme déficit fiscal nos governos Reagan e Bush I, a desregulação do mercado permitindo atuações incontroladas e nocivas de empresas e bancos, o papel do FED (o equivalente americano do banco central) e dos bancos privados na expansão da bolha especulativa, os escândalos empresariais e a contabilidade fraudulenta (que Stiglitz chama ironicamente de "contabilidade criativa"), o protecionismo governamental para favorecer grandes empresas ameaçadas por importações etc. No epílogo, o autor examina a política econômica de Bush II, o qual segue de perto os passos do pai e de Reagan, todos do Partido Republicano.

Stiglitz também aproveita para comentar certas idéias (algumas com pretensões de teoria científica) que dominavam ou ainda dominam o mundo econômico norte-americano, acadêmi-

co e empresarial, com enorme influência em outras partes do mundo, inclusive no Brasil, seja nas escolas de economia ou seja nos "formuladores" de nossa política econômica, especialmente nos governos de Fernando Henrique Cardoso e em sua continuação com Luiz Inácio da Silva. Entre essas idéias, a da perfeição do mercado livre e, como decorrência, a da necessidade do "Estado mínimo". E aqui surge uma questão atualmente discutida e importante para nós, brasileiros, ameaçados com a transformação do Banco Central em banco "independente", isto é, não subordinado ao presidente da República. De acordo com Stiglitz, a existência de um banco central autônomo sugere, no mínimo, "a necessidade de algum mecanismo para assegurar que todas as vozes relevantes e todos os pontos de vista sejam ouvidos; na Suécia, por exemplo, os trabalhadores têm representantes no Banco Central" (p. 106). E nos Estados Unidos? O FED "representa uma mistura curiosa: é independente; e é dominado pelos mercados financeiros e, em segundo lugar, pelos negócios; mal se ouvem as vozes dos trabalhadores ou consumidores" (*idem*). E no Brasil, como seria?

Entre as idéias acadêmicas com influência no mundo dos negócios (ou seria ao contrário?), Stiglitz refere-se a duas concepções que estiveram (ou ainda estão?) em moda. Uma delas é a chamada "curva de Lafer", uma curvinha medíocre desenhada num guardanapo de papel por um professor de economia de Chicago, que foi muito usada para justificar os cortes nos impostos e segundo a qual os impostos elevados provocariam uma queda na arrecadação tributária, porque as pessoas trabalhariam menos (e ganhariam menos) para pagar menos tributos. Posto em prática no governo Reagan, o corte nos impostos gerou um grande déficit orçamentário. Mas havia ainda uma outra justificação para a redução nos impostos dos ricos adotada pelo presidente Reagan: o corte não apenas estimularia o crescimento econômico mas também beneficiaria os pobres (não é piada, é apenas mais um argumento inventado por economistas para favorecer os ricos). "De acordo com essa teoria, a melhor maneira de ajudar os pobres é dar dinheiro aos ricos; os benefícios acabam por 'transbordar' para os pobres" (p. 295), mas o que efetivamente aconteceu foi a queda na renda dos pobres no período de Reagan e Bush I.

A segunda concepção, surgida no início da década de 1970 e com forte influência não só sobre o pensamento econômico, mas também sobre a chamada "ciência política" (inclusive sobre certa corrente dita marxista, associada à postura teórica do "individualismo metodológico") foi a escola das "expectativas racionais", a qual também servia de suporte para a defesa da plena liberdade dos mercados. Se essa escola estivesse certa, "os mercados seriam inerentemente eficientes e haveria pouca necessidade, se houvesse alguma, de intervenção do governo"; e Stiglitz conclui,

aliviado, "o auge do movimento das expectativas racionais terminou, fico feliz em anunciar" (p. 172).

Ainda nessa linha de argumentação, todo o Capítulo 11 é dedicado a "desmascarar os mitos" no mundo econômico norte-americano, que servem a propósitos específicos, de maior ou menor amplitude, mas sempre em benefício de interesses burgueses e conservadores. Sem entrar em minúcias, mas apenas relacionando-os, esses mitos são: "da redução de déficit público", "de que as guerras são boas para a economia" em qualquer circunstância, "do herói" em economia (em geral o herói empresário), "da mão invisível", "das finanças" (ou seja, de que o que é bom para os financistas é bom para o país), "do governo grande é ruim", "do capitalismo global" e "do capitalismo triunfante".

Para nós dos países subdesenvolvidos e subordinados (ou países "emergentes", eufemísticamente falando), a obra de Stiglitz também fornece boas informações, além dos ensinamentos, não apenas no Capítulo 9, sobre globalização, mas em diversas passagens de todo o livro. Por exemplo, no Prefácio: "Os países que não imitaram voluntariamente os EUA (...) foram persuadidos, atormentados e, no caso dos países em desenvolvimento, dependentes da assistência do Fundo Monetário Internacional, efetivamente obrigados a aceitar o que foi descrito como o movimento inevitável da história" (p. 15). Ou, no primeiro Capítulo: "Os acordos internacionais refletiam nossas preocupações e interesses: forçamos os países estrangeiros a abrir seus mercados de capital para nossos derivativos e fluxos de capital especulativo, sabendo como eles poderiam ser desestabilizadores. Mas Wall Street queria assim, e o que Wall Street queria, conseguia de sobra" (p. 50). Especificamente para o Brasil de hoje, que está para aprovar nova lei de falência, descaradamente favorável aos bancos: "Em nosso país, resistíamos à pressão em favor de mudanças na lei de falência que poderiam prejudicar indevidamente os devedores. No exterior, a primeira preocupação em qualquer crise estrangeira parecia ser o mais imediato e completo pagamento das dívidas com os bancos americanos e outros bancos ocidentais; a ponto de oferecer bilhões de dólares para garantir que isso acontecesse" (p. 52). A reforma da lei visa exatamente dar prioridade aos bancos no recebimento das dívidas das empresas falimentares, passando por cima dos direitos dos trabalhadores e do próprio governo em receber o que lhes for devido.

Mas, ao tratar das relações com os países subdesenvolvidos e subordinados, Stiglitz omite um ponto importante: a cumplicidade de sua burguesia dominante com a burguesia dos países desenvolvidos, de modo que muitas das medidas impostas ou "recomendadas" por agências internacionais aos primeiros são tranqüilamente aceitas, com a conivência de sua burguesia.

MIGLIOLI,Jorge. Resenha de: STIGLITZ, Joseph. Os exuberantes anos 90. São Paulo: Cia. das Letras / Ed. Record, 2003. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, 2004, p.165-169.

Palavras-chave: Globalização; EUA; Economia dos anos 90.